

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA VIDA DAS MULHERES DA CIDADE
DE ALCÂNTARAS/CE****THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM (BFB) IN THE WOMEN'S LIFE OF
ALCÂNTARAS CITY / CE****EL PROGRAMA BOLSA FAMILIA (PBF) EN LA VIDA DE LAS MUJERES DE LA
CIUDAD DE ALCÂNTARAS /CE**

Bertoni Vasconcelos Diogo¹
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda²

RESUMO

O presente artigo se debruça, fundamentalmente, sobre as percepções que as mulheres beneficiárias têm do PBF e, respectivamente, sobre os impactos desse Programa em suas vidas. Para a consecução deste estudo, foi realizado levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Para coleta dos dados, recorreremos ao uso da história oral para captarmos as mudanças na vida das mulheres beneficiárias do Programa. Concluímos que as demandas atribuídas às mulheres têm contribuído para a sua valorização como pessoa, desconstruindo o rótulo de que a mulher é um sexo frágil. O PBF tem se mostrado um Programa eficaz na luta contra a pobreza, capaz de assegurar direitos básicos às famílias, tendo reflexo inclusive na estrutura familiar, alterando progressivamente a estrutura patriarcal, cujas mudanças estão acontecendo, ainda que de forma tímida e silenciosa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Mulheres; Empoderamento.

ABSTRACT

This article aims on the perceptions that beneficiary women have of the PBF, respectively, of the impacts of this Program on their lives. For the accomplishment of this study were carried out a bibliographical survey and field research. For data collection we used the oral history to capture the changes in the beneficiary women of the Program. We concluded that the demands of women have contributed to their valorization as a person, deconstructing the label that the woman is a fragile sex. The PBF has proven to be an effective Program in the fight against poverty, this is able to guarantee basic rights to families, The PBF has proven to be an effective Program in the fight against poverty, it is able to ensure basic privileges for families, including reflecting on the family structure, gradually changing the patriarchal structure, in which the changes are happening, although in a timid and silent way.

Keywords: Bolsa Família Program; Women; Empowerment.

¹ Aluno do Mestrado Acadêmico em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG/UVA). [e-mail: bertoni.77@hotmail.com]

² Profa. Adjunta do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: [virginiaholland@hotmail.com]



RESUMEN

El presente artículo se centra fundamentalmente en las percepciones que las mujeres beneficiarias tienen del PBF, y respectivamente de los impactos de ese programa en sus vidas. Para la consecución de este estudio se realizó levantamiento bibliográfico e investigación de campo. Para la recolección de los datos recurrimos al uso de la historia oral para captarnos los cambios en la vida de las mujeres beneficiarias del programa. Concluimos que las demandas atribuidas a las mujeres han contribuido a su valorización como persona, desconstruyendo el etiquetado de que la mujer es un sexo frágil. El PBF se ha mostrado un programa eficaz en la lucha contra la pobreza, capaz de asegurar derechos básicos a las familias, teniendo reflejo incluso en la estructura familiar, alterando progresivamente la estructura patriarcal, cuyos cambios están sucediendo, aunque de forma tímida y silenciosa.

Palabras clave: Programa Bolsa Familia; las mujeres; Empoderamiento.

INTRODUÇÃO

A desigualdade sempre esteve presente na história da sociedade brasileira. Segundo Souza (2012a, p. 174), “no Brasil essa desigualdade fica mais explícita quando um brasileiro da classe média atropela um pobre, as chances de que a lei seja aplicada neste caso é, ao contrário, baixíssima”. O que vemos é a existência de duas classes sociais. Uma rica e com privilégios, que se caracteriza pela apropriação de capital econômico e capital cultural; enquanto a outra, uma classe de indivíduos sem capital cultural nem econômico, que Souza (2009, p. 45) dá o nome provocativo de “ralé”, desprovida de condições sociais e morais.

A extrema desigualdade na distribuição de renda na sociedade brasileira é fruto do nosso modelo de desenvolvimento econômico. “Suas origens, conforme Souza (2012b, p. 108) está na própria posição periférica em relação aos países desenvolvidos”. A explicação está no modelo de substituição de importações no qual o aumento da produtividade é resultado das explorações de matéria-prima, tendo como consequência o beneficiamento direto de uma pequena parcela da sociedade (SALES, 1992). Esse tipo de modelo favorece os países centrais, controlando as técnicas e importando seus padrões de consumo, resultando num crescente desequilíbrio no nível de consumo na população.

Mas o problema da desigualdade social não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Segundo Santos (2012, p. 19) “a pobreza aumenta e as classes médias perdem a qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes.” A pobreza e a fome está presente em todo o globo terrestre, se



agravando ainda mais com o advento da globalização. O que nos leva a algumas reflexões. A pobreza e a miséria como problemas sociais são produtos do sistema capitalista.

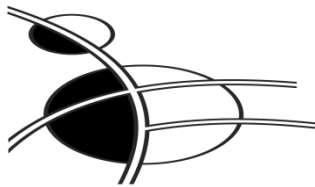
Nos centros urbanos dissolvem-se as solidariedades; tudo tem preço, inclusive o tempo. “O dinheiro se torna a medida de tudo (SANTOS, 1987, p. 16), a economização da vida social impõe uma competitividade selvagem; a cultura popular é substituída pela cultura de massas”. O cidadão é substituído pelo consumidor insatisfeito. Sua dependência aos novos objetos limita sua vocação para obter uma individualidade, alimentando um egoísmo exacerbado. A comunicação é frequentemente intermediada por coisas.

É a glorificação do consumo acompanhada da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade, construindo e alimentando um individualismo feroz. Esse consumidor é o que Santos (1987) classifica como “não cidadão”, pois se alimenta de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, é excluído do debate sobre os objetivos de suas ações públicas ou privadas.

As instituições privadas também têm sua parcela de culpa nesse processo de exclusão; a maneira como os bancos agem é um exemplo, tomando o lugar das instituições governamentais, usurpando das assembleias eleitas um poder legislativo que não têm, impondo suas regras aos cidadãos. Mediante essa invasão descabida, a vida social é ilegalmente regulada em função de interesses privatistas. Santos (2008, p. 108), afirma que os bancos são os responsáveis por drenar os capitais para fora da região, privando as pequenas e médias cidades do dinheiro que lhes permitiria fazer investimentos em atividades modernas voltadas para o consumo local.

Nesse contexto, o capitalismo é habitado por uma irracionalidade desvinculada de qualquer relação direta com as necessidades humanas. A sua gênese envolve a ideia de uma acumulação desenfreada de capital. O que vivenciamos é a onipresença da esfera financeira tornando-se uma espécie de força muito maior que o mero controle econômico da sociedade; presenciamos o exercício de uma dominação cultural e simbólica. O que nos faz entender que o problema da desigualdade social não é um fenômeno qualquer, mas complexo e de causas variadas, com relações diretas com a lógica capitalista.

Portanto, podemos concluir que a responsabilidade de lidar com a pobreza e a miséria é coletiva e personificada no Estado. Uma das formas do Estado lidar com os efeitos



do sistema capitalista implica na criação de Programas de transferência de renda e de inclusão social, as chamadas políticas públicas.

O PBF, por ser definido como um conjunto de políticas públicas no combate à pobreza, é atualmente uma das principais ações governamentais de transferência de renda no Brasil. Nas palavras de Silva (2017a) “o PBF é hoje uma das principais experiências de programa de transferência de renda no mundo”. O que indica a importância do Programa na luta contra a pobreza.

Weissheimer (2006) discorre que o Programa tem como objetivo básico combater a miséria e a exclusão social, além de promover a emancipação das famílias carentes, chegando a beneficiar cerca de 11,1 milhões famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, garantido a elas uma complementação de renda familiar básica.

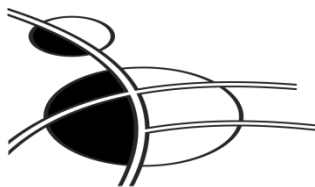
O propósito do presente artigo é fazer uma breve reflexão do PBF, tendo por base a sua implementação no município de Alcântaras/CE, buscando o entendimento dos impactos do Programa para a sociedade local, com enfoque no papel que a mulher vem exercendo na contemporaneidade. Como metodologia, fizemos uso de pesquisas documentais e bibliográficas e também recorreremos à história oral para trabalharmos com as narrativas dos sujeitos envolvidos com o Programa.

AS REPERCUSSÕES DO PBF NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARAS/CE

O município de Alcântaras/CE, segundo os dados do censo do IBGE 2010, tem um contingente populacional de 10.771 residentes, apresentando no mesmo ano 2.174 pessoas em situação de extrema pobreza com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Ou seja, 20, 2% da população do município viviam em situação de extrema pobreza (IBGE, 2018).

As principais atividades econômicas no município são o comércio e serviços. O principal empregador de mão de obra formal é a prefeitura municipal. No município são bastante visíveis as deficiências comuns nas cidades pobres e pequenas do Nordeste, tais como desemprego, desigualdade na distribuição de renda e infraestrutura. O PBF é uma das principais rendas para as famílias pobres do município.

Instituído pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, o PBF no município de Alcântaras funciona como principal fonte de renda da população, uma vez que o benefício é a



única fonte de renda para a maioria das famílias. O Programa tem como objetivo ajudar as famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal de até R\$ 120,00 por pessoa. É um Programa que busca, através do benefício financeiro, possibilitar ao cidadão o acesso a direitos básicos, atendendo famílias que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza.

No mês de novembro de 2015, foi transferido para as famílias beneficiárias do município o valor de R\$ 182. 700,00. Essa verba do governo Federal assume um importante papel na dinâmica comercial do município. Com a abrangência do Programa do governo federal, é possível identificar várias formas de organização socioespacial, atuando inclusive no seio das famílias beneficiárias do município.

Segundo os dados MDS, a soma dos recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo o PBF no município de Alcântaras em 2015 representava 56, 90% (R\$ 4. 101.363,72) do valor transferido pelo o Fundo de Participação dos Municípios.

O Programa é a expressão atual do desenvolvimento dos programas de transferência de renda no Brasil. Produto de um processo iniciado em nível municipal em 1995, com experiências pioneiras em Campinas, Ribeirão Preto, Santos e São Paulo, e da experiência do Bolsa Escola de Brasília (GUILHON & SILVA, 2014). Hoje o Programa está presente em todos os municípios brasileiros e no Distrito Federal. É instituído no âmbito do Fome Zero para unificação de programas de transferência de renda no país.

Os impactos do Programa também são sentidos na educação. No estado do Ceará 89, 80% das crianças e jovens de 6 a 17 anos que estão cadastradas no PBF têm o acompanhamento da frequência escolar. No município de Alcântaras, esse percentual chega a 92, 90%, maior inclusive do que a média nacional, que é de 86, 70% (BRASIL, MDS, 2018).

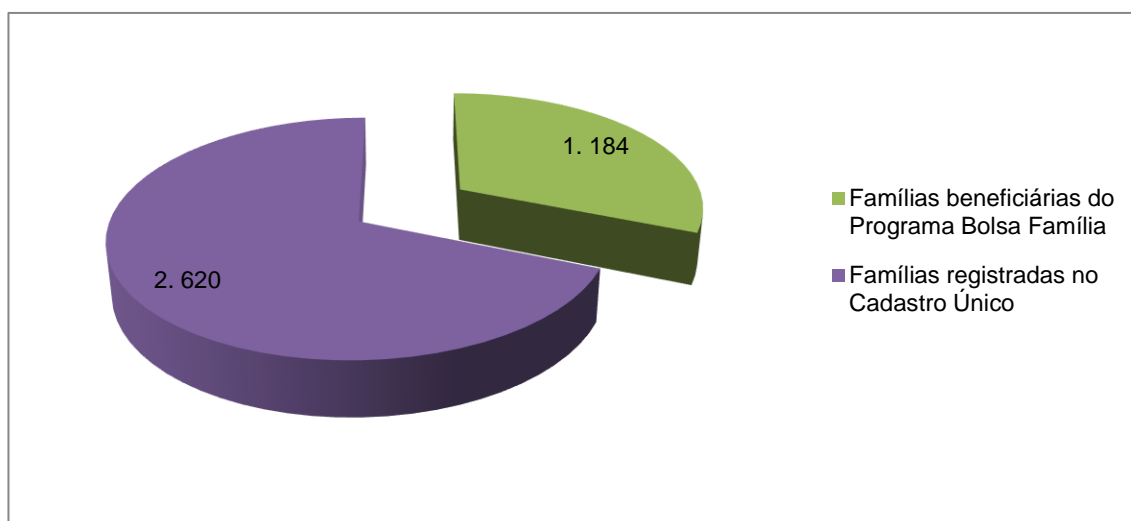
O efeito da condicionalidade de educação do PBF vem contribuindo de forma relevante para a permanência na escola dos estudantes de famílias em situação de pobreza. No que se refere ao abandono escolar, os resultados tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do fundamental e médio são melhores para os estudantes das famílias beneficiárias do que para os demais da rede pública (CRAVEIRO & XIMENES, 2013).

Os estudantes acompanhados pelas condicionalidades têm mostrado um ajuste na sua trajetória escolar, na medida em que abandonam menos a escola e conseguem melhores taxas de aprovação. Para não perder o benefício, os filhos devem ainda estar matriculados na escola e os pais acompanhando a frequência dos filhos.



Segundo os dados do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) com base nos registros de fevereiro de 2016 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2016 do PBF, o município tem 2.620 famílias registradas no Cadastro Único e 1.184 famílias beneficiárias do PBF, o que significa que 39,37% da população alcantarensense é beneficiária do Programa, sendo transferido nesse mesmo período o valor de R\$ 172.569,00 para as famílias alcantarenses. Também de junho de 2011 a janeiro 2016, o município inscreveu no cadastro Único e incluiu no PBF 90 famílias que viviam em extrema pobreza. O município apresenta uma cobertura que supera as estimativas oficiais (BRASIL, PBSM, 2018).

Figura 1: Número de famílias no Cadastro Único e beneficiárias do PBF, ano de 2016, no município de Alcântaras/CE.



Fonte: Adaptação própria com os dados do Plano Brasil Sem Miséria (2018).

O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. Com base nessas informações, os governos Federal, Estadual e Municipal são capazes de identificar as famílias vulneráveis e implantar políticas públicas capazes de promover a melhoria em suas vidas. Tem direito ao PBF somente as famílias de baixa renda com ganho de até meio salário mínimo por pessoa ou que a renda mensal da família não passe de 3 salários mínimos.

Os dados do Cadastro Único não ficam restritos apenas ao PBF, diversos Programas e benefícios do Governo Federal também utilizam suas informações como critério para a seleção das famílias como: Programa Minha Casa Minha Vida; Bolsa Verde – Programa de Apoio à Conservação Ambiental; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil–PETI;

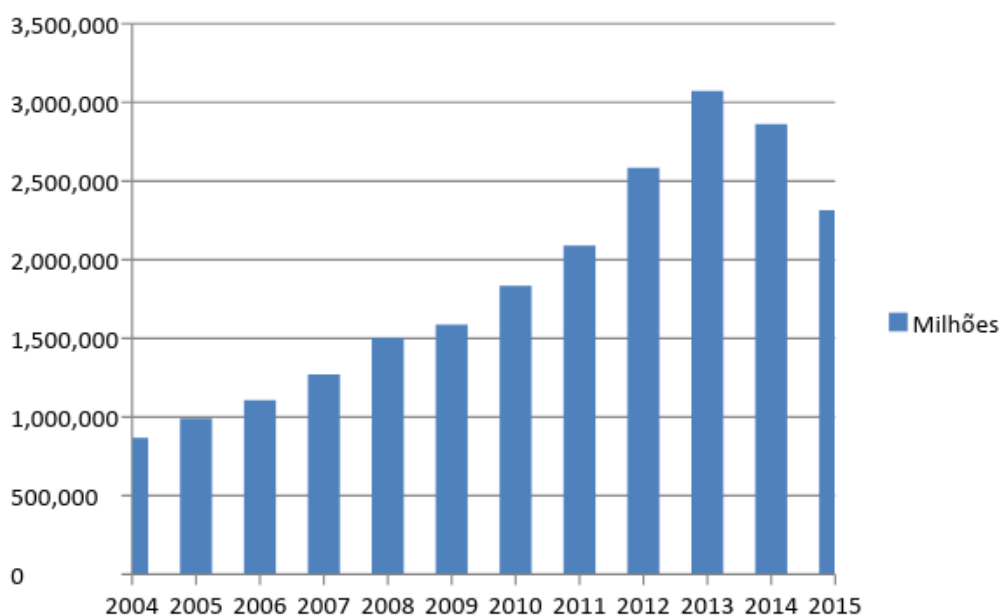


Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Carteira do Idoso; aposentadoria para pessoa de baixa renda; Programa Brasil Carinhoso; Programa de Cisternas; Telefone Popular; Carta Social; Pro Jovem Adolescente; Tarifa Social de Energia Elétrica; Passe Livre para pessoas com deficiência; Isenção de Taxas em Concursos Públicos.

O cadastramento das famílias e atualização da base de dados do Cadastro Único é feito pelas prefeituras. Com base nessas informações, o MDS seleciona as famílias que receberão o benefício. Portanto, para poderem ser beneficiadas, é preciso que as famílias preencham o perfil exigido conforme as exigências e as informações presentes no Cadastro Único. Essas informações são a base de todos os dados, pois é a partir delas que são traçados o perfil e as condições econômicas em que se encontram as famílias, para então poder ter o direito ao benefício do governo federal.

As informações do Cadastro Único são atualizadas no máximo a cada dois anos. Essas informações permitem saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características de seus domicílios. É por meio dessas informações que as famílias cadastradas no PBF passam a receber o benefício. Essa verba repassada pelo governo federal tem sido nos últimos anos a principal fonte de renda das famílias alcantarenses (Gráfico 02).

Figura 2: valores nominais repassados pelo PBF (R\$) em Alcântaras/CE.



Fonte: Adaptação própria com os dados do MDS (2018).



Conforme ilustra a figura 02, com os valores anuais e nominais repassados pelo PBF, os recursos transferidos pelo governo federal tiveram um expressivo aumento nesses doze anos do PBF, sendo 2013 como o ano de maior transferência de recursos no município, com R\$ 3.073.460 (três milhões setecentos e três mil quatrocentos e sessenta reais).

Nesses doze anos do Programa, a soma dos recursos transferidos pelo PBF teve um aumento de 166, 89%, chegando a ultrapassar as cifras dos três milhões em um único ano. Segundo os estudos de Silva (2017b, p. 208) “no PBF estão incluídas quase 50 milhões de pessoas (praticamente um quarto de toda a população brasileira), mas o valor de cada benefício é pequeno”.

Mesmo assim, os impactos desse Programa na economia do município são gigantescos, afetando direta e indiretamente no padrão de vida local. Com esses recursos as famílias passam a ter acesso a itens básicos para o sustento da casa como feijão, arroz, leite, farinha, carne e ovos. Além da compra de alimentos, usam também na compra de roupas e material escolar dos filhos.

Na área da saúde, o município também supera a média nacional, onde o acompanhamento das famílias com crianças de até 7 anos ou gestantes cadastradas no Programa chega a ser 80, 07%, sendo que a média nacional é de 73, 90%. Na educação, no ano de 2013, o município informou ao Ministério da Educação que 707 crianças do PBF estavam matriculadas em 16 creches do município, sendo suplementado pelo MDS a quantia de R\$ 96.031,43 destinada às creches. Em 2014, eram contabilizadas 133 crianças nas 16 creches do município, sendo repassada a quantia de R\$ 131.990,41 ao município.

O PBF também paga benefícios para gestantes e nutrizes. Em todo o estado, conforme os dados de abril de 2016, eram 24.165 famílias que recebiam o benefício variável para gestante (BVG) e 21.722 famílias que recebiam o benefício variável nutriz (BVN). Em Alcântaras, são 39 famílias que recebem o benefício variável para gestante (BVG) e 32 que recebem o benefício variável para nutriz (BVN).

O Programa, além de combater a fome e a miséria, tem também como objetivo promover a emancipação das famílias mais pobres. O governo estabelece algumas condicionalidades para as famílias beneficiárias: acompanhamento de saúde e do estado nutricional das famílias (SANTANA, 2007). O Programa cobra dos beneficiários compromisso e responsabilidade. Todos os membros da família devem participar do



acompanhamento de saúde, principalmente as gestantes e as mães que amamentam, além de participar de palestras educativas.

O recurso repassado pelo PBF se manifesta de diversas formas na vida dos munícipes, principalmente na vida das mulheres beneficiárias, como constataremos mais adiante por meio de entrevistas que tivemos com algumas delas, no qual recorreremos ao uso da História Oral para captarmos essas mudanças.

O USO DA HISTÓRIA ORAL COMO FERRAMENTA DE PESQUISA

A escolha da história oral como metodologia se deu pelo seu caráter inovador, pois dá atenção especial aos dominados, aos excluídos, as mulheres, quilombolas, gays etc., e a história local enraizada. Segundo François (1998, p.4) a história oral “seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma história vista de baixo”, atenta às maneiras de ver e sentir as visões subjetivas, numa perspectiva micro-histórica.

O pesquisador e professor italiano Alessandro Portelli veio ao Brasil em 2007 para participar do VI Encontro de História Oral do Nordeste. Na ocasião o italiano concedeu entrevista a um grupo de professores, no qual fala da importância dos trabalhos com a metodologia da história oral. Segundo Portelli, “a história oral é uma coisa importante porque é uma ciência do indivíduo, porque nós nos ocupamos do indivíduo (Bessa et al., 2010, p. 8)”. Essa metodologia é capaz de revelar aspectos desconhecidos de eventos conhecidos, lançando um novo olhar sobre aspectos inexplorados da vida cotidiana.

A história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação, como também estabelece uma relação original entre o entrevistador e o entrevistado. Lopes e Nodari (2012) explicam que a narrativa contada pelos entrevistados é tão rica quanto subjetiva. Uma confluência de histórias individuais e coletiva que dialogam fornecendo sentido ao passado. A memória dos entrevistados oferece um rico apanhado para o pesquisador. Segundo Portelli (1996, p.4), “não há regra de interpretação”.

É preciso que o pesquisador tome certas cautelas quando for interpretar a fala de seus entrevistados, embora seja a voz dos marginalizados, pois as memórias também cultivam suas vaidades, não importa de quem seja. Segundo Pollak (1989, p. 8), o pesquisador “ao privilegiar a análise dos excluídos, reconhece a importância das memórias subterrâneas como parte das culturas minoritárias”.



Portelli (1997) explica que é tarefa do pesquisador se afastar de interpretações superficiais e interpretar criticamente todas as narrativas, investigando a sua estrutura e o significado de sua construção narrativa dos eventos. A fala dos entrevistados é sempre carregada de sentimentos e diz muito sobre a sua vida, revelando os conflitos enfrentados diariamente. “O sujeito, segundo Freitas (2010a, p. 60), quando fala de sua cidade ou do espaço onde mora, reproduz afeições produzidas durante sua experiência de vida”.

O entrevistador deve ter a sensibilidade e saber escutar as respostas e aceitar quando o narrador fala de coisas adversas. Em certas ocasiões um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duraram longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios de sua vida, como também poderá usar seus relatos para obter vantagens. Como mostra Freitas (2010b, p. 203), onde uma facção política usa a palavra “sobralidade” para ganhar prestígio e poder.

Os relatos efetuam um trabalho incessantemente, transformando lugares em espaços ou espaços em lugares. Segundo Certeau (1998), os relatos atravessam e organizam lugares. São percursos do espaço, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações, os quais combinam distintas operações, é preciso ter critérios para analisá-los.

Conforme explica Silva, J (2000), a geografia deve atentar-se para a subjetividade que compõe a produção material do espaço. É no desenrolar da vida cotidiana que podemos compreender as divergências, as transgressões sociais que dão conteúdo ao espaço geográfico. Brito-Enriques (2009, p. 93) explica que é “nas micro geografias do cotidiano, no arranjo do espaço doméstico e na prática dos territórios que essas implicações são mais visíveis”.

Portanto, a história oral é um precioso recurso capaz de desvendar os códigos presentes nas falas dos agentes sociais, que o geógrafo poderá usar como auxílio em suas pesquisas. Mas para isso é preciso romper velhos ranços epistemológicos que norteiam a ciência geográfica, e abandonar a velha ideia de que apenas a observação e a teorização científica seria o suficiente para a reprodução fiel das estruturas da realidade.

Essa mudança teórico-epistemológica na geografia só veio ocorrer recentemente, mais precisamente nos finais dos anos 80. Desde então, segundo Brito-Enriques (1996, p. 45), “a atenção dispensada pelos geógrafos às questões da representação da relação entre o discurso e a realidade tem vindo a aumentar”. “É uma pena, completa Abreu (1998, p. 83), que essas técnicas de memória individual só agora tenham se popularizado” nas ciências sociais.



Cabe ao pesquisador identificar os códigos, os conflitos, ir além das aparências. É necessário desenvolver na ciência geográfica um instrumental metodológico que permita a identificação e o manejo da subjetividade que envolve a produção do espaço, como veremos agora, a partir das entrevistas das mulheres beneficiárias do PBF da cidade de Alcântaras/CE.

O PBF NA VIDA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARAS/CE

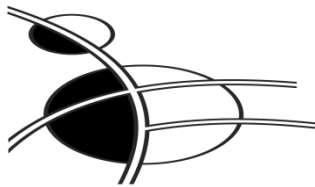
Os resultados apresentados, como explicado anteriormente, são frutos da pesquisa de campo em parceria com o Centro de Assistência Social- CRAS do município de Alcântaras/CE, por meio de entrevistas a cinco mulheres, sendo que duas trabalham no CRAS e três são beneficiárias do PBF. Cabe esclarecer que, para preservar a identidade das entrevistadas, criaremos nomes fictícios a fim de preservar o anonimato, garantido no ato das entrevistas.

As mulheres do município de Alcântaras que foram personagens desta pesquisa carregam consigo as marcas de uma vida sofrida e de poucas oportunidades. Travam uma luta diária para sair da invisibilidade, quase sempre tendo que assumir as responsabilidades de pai e mãe ao mesmo tempo e lutando para sobreviver com uma renda que gira em média entre R\$ 62,00 a R\$132,00.

A baixa escolaridade é a principal barreira ao acesso dessas mulheres a melhores empregos. Tendo como únicas opções as responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Outro ponto que limita mais ainda a atuação das mulheres é o papel que a instituição família vem desempenhando ao longo da história, reforçando o estereótipo de que a mulher é um sexo frágil, sensível e dependente do homem.

Segundo Cruz (2013) essa dominação foi sendo forjada ao longo da história e se criou um consenso cultural, social e político, fazendo acreditar que a mulher é um sexo frágil, incapaz de decidir por si, e que sem o homem não poderia sobreviver. Ainda hoje as mulheres carregam o estigma de sexo inferior, que precisa ser “protegida” pelo homem.

Essa mudança de mentalidade vem ocorrendo gradativamente, a cada dia a mulher vem ocupando novos espaços. Silva, L (2017, p. 164) discorre que “as mulheres estão saindo da invisibilidade, e progressivamente alterando a estrutura patriarcal, racista e capitalista que mantém as desigualdades de gênero”. O PBF tem contribuído positivamente no



empoderamento feminino. Na fala da coordenadora do Cadastro Único do município, que chamaremos de Amanda, ela dá ênfase, por exemplo, a independência da mulher:

No meu ponto de vista que eu observo pelas que vem aqui, elas são muito independentes. Muitas, muitas mesmas dessas famílias. É a principal fonte de renda delas, que elas usam pra ajudar é a renda do benefício. Elas ficam muito independentes, sabe? Do marido, de tudo. Teve uma menina que veio aqui uma vez, que disse que tinha saído e o marido dele não queria dar o cartão pra ela. E o cartão era no nome dela, mas ele tinha a senha e não queria devolver. Aí ela teve que cancelar e fazer um bêô, essas coisas, porque o cartão era no nome dela, e eles não moravam mais juntos, tinham separado. (AMANDA)

Os impactos do BPF não se limitam unicamente as questões econômicas, seus impactos atuam também na relação homem/mulher, como podemos observar na fala da Amanda ao citar a independência das mulheres em relação aos maridos. Essa mudança de postura da mulher fica bem evidente quando a mulher faz a denúncia contra o ex-companheiro, que não queria devolver o cartão do PBF. A denúncia referente a posse do cartão simboliza bem a mudança de postura da mulher em relação ao homem, não se calando diante dos abusos dos ex-companheiros.

Esses conflitos entre as mulheres e seus companheiros também estão presentes na fala da entrevistadora do CRAS, a qual chamaremos de Maria, que é a responsável por fazer as visitas às famílias e atualizar os dados das beneficiárias. Segundo ela:

A gente escuta aqui muitas mulheres falando que o marido usa o dinheiro só pra beber. Porque você sabe que hoje em dia, mesmo que o cartão fique só com a mulher, nem todas elas têm autonomia sobre o dinheiro do Bolsa Família e dão pro marido. A gente escuta geralmente isso aqui. É por isso que é interessante ficar em posse da mulher. (MARIA)

Na fala da Maria, percebemos que as mulheres não se intimidam frente aos seus maridos, embora em alguns casos sejam ameaçadas e obrigadas a ceder uma parte do benefício, e mesmo assim denunciam o autoritarismo de seus companheiros. A luta pela posse do cartão expõe o preconceito machista e a recusa dos homens em ceder espaço às mulheres. Herança do patriarcalismo, onde o homem era o chefe da família e senhor de terras e escravo, exercendo autoridade absoluta nos seus domínios.

O PBF vem rompendo essas amarras culturais, elevando a autoestima das mulheres, tornando-as independentes, embora ainda encontrem resistência dos próprios companheiros,



que se recusam aceitar que a mulher ocupe novos espaços. No programa existe a Lei nº 10.836/2004, que assegura que as mulheres devem ser titulares preferenciais do benefício. Atualmente as mulheres são titulares do benefício em 92% das famílias beneficiárias.

O cartão do PBF só poderá ficar no nome do homem caso a sua companheira seja menor de idade. Esse mecanismo de controle do programa representa bem essa mudança de mentalidade do “homem da casa”, o responsável por tudo na família. Ao mesmo tempo em que o Programa possibilita autonomia às mulheres, desconstrói a ideia de que a mulher é propriedade do homem.

Figura 3: Reunião das mulheres beneficiárias do PBF- CRAS/ Alcântaras-CE.



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2018

Ao perguntar as mulheres sobre o que elas acham de serem as responsáveis pela posse do cartão do PBF, todas demonstraram satisfação. O alcoolismo é apontado por elas como um dos principais responsáveis pela falta de responsabilidade dos maridos. Segundo Suplicy (2002, p. 115), “a cada dia mais e mais mulheres no mundo são responsáveis pela família, e proveem seus filhos com pouca ou nenhuma ajuda de um parceiro”. Isso se confirma em suas falas:

As mulheres são mais responsáveis. Nem todos os homens têm responsabilidade com a família. Têm uns pais que largam tudo por uma aventura. Larga filho, esposa... É bebedeira. Não quer nem saber. As mulheres sempre se preocupam mais. (ANTONIA)

Tem homem que quer pegar o dinheiro só pra beber. E a mulher não, tem mais responsabilidade que o homem. É a mulher que administra a casa, não é o homem. Tem homem que não tem responsabilidade. (LURDES)



As mulheres têm mais responsabilidade. O que o homem iria fazer, né? Imagina? Iria gastar com tudo. (ROSA)

As mulheres são unânimes ao afirmarem que o cartão em seu nome é uma garantia de que o dinheiro do benefício será usado com responsabilidade. Elas alegam que as mulheres cuidam melhor do dinheiro, têm compromisso com a família, preocupam-se com o bem-estar dos filhos, e que são capazes de fazer compras mais econômicas.

Diante do exposto, pode-se perceber a importância da mulher nas decisões da família; é ela que assume as “rédeas”, responsável por gerir os bens e consumo da casa, por selecionar os itens alimentícios, levando em conta as necessidades dos filhos e do marido. Percebemos também nas falas das entrevistadas que o benefício é a principal renda da família, como pode ser observado nas falas a seguir:

Eu uso pra comprar alimentos, né? Remédio. Porque é muito importante cê ter uma... Eu me preocupo muito com isso. É remédio e alimentação. Aliás, primeiramente Deus, né? E segundo o alimento, né? E cuidar da saúde. É bom ter um dinheiro. Pra você ver. Eu fui ali no posto pra me consultar e lá não tem remédio. Eu vou ter que comprar, né? Eu acho muito importante isso, né? Como diz, o programa ajuda muito as pessoas, sebe? (ANTONIA)

Eu acho bom, porque se não fosse o Bolsa Família o que era feito do povo que não têm benefício, né? Antes as coisas era mais difícil. Agora com o Bolsa Família facilita mais. O meu dinheiro eu uso em alimento pra comer: leite, fruta, comida. (LURDES)

Eu uso na alimentação. Assim que eu tiro o meu dinheiro eu vou logo comprar fruta. Dá pra comprar fruta, Danone. (ROSA)

Estas narrativas expressam que o PBF traz, de forma imediata, melhores condições na vida das famílias, usando o benefício na compra de frutas, leite, iogurte e até mesmo medicamentos. O dinheiro também pode ser empregado na compra de gás de cozinha, arroz, feijão, além de ser usado para pagar a conta de luz e para compra de material escolar. Na fala da Lurdes, percebe-se a importância do PBF na vida das famílias beneficiárias, ao dizer que antes as coisas eram mais difíceis.

O PBF, segundo as mulheres, possibilita a compra de itens básicos para o sustento da família. Isso produz resultados positivos na vida das mulheres, tendo em vista que o manejo dos recursos e até mesmo do poder de decisão na hora de comprar os itens para casa.

A libertação da “ditadura da miséria” e do controle masculino familiar amplo sobre seus destinos permite às mulheres um mínimo de programação da própria vida e, nesta medida, possibilita-lhes o começo da autonomização de



sua vida moral. O último elemento é fundante da cidadania, se esta for compreendida como condição indispensável de autonomização política dos sujeitos (PANZINE & REGO, 2013, p.195).

As entrevistas também revelam que aspectos de escolhas, inclusive morais, começam surgir na vida das mulheres. O direito de escolha se exerce desde a esfera mais ampla da programação da própria vida até a possibilidade de escolher entre a compra de um determinado tipo de alimento. A partir do recebimento da renda monetária as mulheres se apoderam de alguma forma da capacidade humana, como a de escolher certas opções, inclusive de ordem moral.

O reconhecimento das mulheres como as responsáveis legais pelo benefício do PBF garante a elas uma certa autonomia, pois parte delas as decisões sobre em que o dinheiro do benefício será empregado. Esse poder de decisão que é delegado às mulheres contribui para a sua valorização como pessoa, desconstruindo o rótulo de que a mulher é um sexo frágil. Portanto, entendemos que o PBF não se limita a um mero repasse em dinheiro, é um Programa eficaz na luta contra a pobreza, capaz de assegurar direitos básicos as famílias. Além de agir também na estrutura familiar, valorizando e nos fazendo repensar o papel da mulher perante a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa empreendeu-se no tocante a identificar os impactos do PBF na vida das mulheres beneficiárias do município de Alcântaras/CE. Os dados levantados constataam que o PBF é um Programa de transferência de renda que cobra dos beneficiários o compromisso e responsabilidade para ter direito ao benefício. Cabe às mulheres a posse do cartão que, por força de lei, é assegurado a elas que o benefício seja em seu nome.

Diante das falas, os resultados indicam que o PBF tem proporcionado mudanças na estrutura familiar das beneficiárias, dando-lhes certa autonomia frente aos companheiros. A pesquisa evidencia que as mulheres não têm se calado diante os abusos cometidos pelos homens, como podemos perceber na fala de cada uma das entrevistadas.

Desse modo, entende-se que as demandas atribuídas as mulheres no PBF não se restringem unicamente ao papel de “mãe responsável”. Compreende-se que a mulher, ao se tornar responsável pelo benefício, assume atitudes que geram condições para o seu



empoderamento e, à medida em que elas vão tomando consciência do seu potencial, conquistam o protagonismo para reivindicar por direitos iguais.

Todavia, não se pode negar a importância do PBF na melhoria de vida de milhares de famílias pobres. O Programa tem contribuído com resultados satisfatórios na diminuição da extrema pobreza no país. O PBF é um exemplo de que o Estado, por meio de políticas públicas, é um eficaz instrumento na luta contra as desigualdades sociais. Porém ainda existe um longo caminho a ser percorrido para alcançar a superação da pobreza e a tão sonhada emancipação da mulher.

Faz-se necessário que o Estado esteja engajado em construir estratégias cada vez mais consistentes e articuladas com políticas de caráter estrutural como geração de trabalho e renda, saneamento básico, política habitacional. Enfim, políticas que priorizem o bem estar da população, sem desconsiderar a importância da mulher na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da faculdade de Letras. Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97.

BARBOSA, Andréa & CUNHA, Edgar Teodoro. **Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica. In: **Obras escolhidas**. São Paulo, Editora Brasiliense, vol. 1, 1987, pg. 165-196.

BESSA, Telma, NEVES, Frederico de C., JUCÁ, Gizafran & MENEZES, Marilda. Entrevista com Alessandro Portelli. **Revista Historiar**. Sobral, v. 4. n. 4 (jan./jun. 2011).

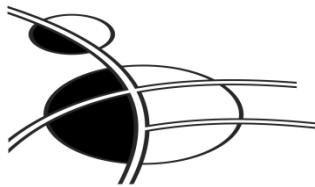
BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Relatórios de Informações Sociais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>. Acesso em: 14/05/2018.

BRASIL, **Plano Brasil Sem Miséria- PBSM**. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69. Acesso em 08 de junho de 2018.

BRITO-ENRIQUES, E., 2009- “Fausto entre nós. Geografias pós-humanas”. In: Azavedo A. F., Pimenta J. R. & Sarmiento J. (eds.), **Geografias do Corpo. Ensaios de Geografia Cultural**. (Figueirinhas, Porto: 81-98).

BRITO-ENRIQUES. E. **A problemática da representação no pensamento geográfico contemporâneo**. Inforgeo, 11: 43-54, pg. 1996.



CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Vozes: Petrópolis, 1998, pg. 199-217.

CRAVEIRO, Clélia Brandão; XIMENES, Daniel de Aquino. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

FLUSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da Fotografia**. Rio de Janeiro, 1985.

FONSECA, Cláudia. **A noética do vídeo etnográfico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 187-206, jul./set. 1995.

FRANÇOIS, Etienne. 1998. A Fecundidade da história oral. In: Amado, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes (coord.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FREITAS, Nilson Almino de. Cotidiano a práticas urbanas: reflexões metodológicas sobre a pesquisa na cidade. In: HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; AMORA, Zenilde Baima (org.) **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio grande do Norte**. 1ª. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010a, v. 1, p. 57-73.

FREITAS, Nilson Almino de. Ação, efeito e manobras: o “artefato primoroso” da monumentalização de Sobral e seus usos no campo político. In: FREITAS, Nilson Almino de; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante & JUNIOR, Marta Maria. **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. Fortaleza/Sobral: UEVA/UVA, 2010b.

GONÇALVES, Marco Antonio & HEAD, Scott. Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. In: GONÇALVES, Marco Antônio & HEAD, Scott (org.). **Devires imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, pg. 15-35.

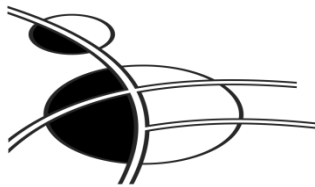
GUILHON, Maria Virgínia Moreira; SILVA e SILVA, Maria Ozanira. O Bolsa Família no contexto da proteção social: significado e realidade das condicionalidades e do Índice de Gestão Descentralizada no Estado do Maranhão. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Org.). **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome**. Brasília: MDS, 2014, p. 75-99.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel.php?codmun=230050>. Acesso em: 14/05/2018.

LOPES, Alfredo Ricardo da Silva & NODARI, Eunice Sueli. **O que é natureza não se mexe: memória e degradação ambiental na Lagoa de Sombrio- SC (1960-210)**. História Oral, v. 1, n. 15, p. 55-80, jan.- jun. 2012.

PANZINE, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**.- São Paulo: Editora Unesp, 2013.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.



PORTELI, Alessandro. O massacre de Civietella. In: Amado, Janaína e ferreira, Marieta de Moraes (coord.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral ser diferente”. **Projeto-História**. São Paulo, 1997.

RIBEIRO, Paula. A oralidade marcando o território. **Projeto História**, São Paulo, jun-2001.

SALES, Tereza. **Trama das desigualdades: drama da pobreza no Brasil**. Campinas: 1992, 167f. Tese (Livre Docência). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1992.

SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. Seminário População, Pobreza e Desigualdade, Belo Horizonte, p. 1-19, 2007.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia urbana dos Países Subdesenvolvidos**. - 2º. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. - 22ª. ed.- Rio de Janeiro: Record, 2012.

SERAFEM, José Francisco. **Estratégias fílmicas do documentário antropológico: três estudos de caso**. Doc online, n. 03, Dezembro 2007, www.doc.ubi.pt,pp. 114-136.

SILVA, F. A. **Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o Programa Bolsa Família como evento**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 1, p. 48-72, abril. 2017a. ISSN 2179-0892.

SILVA, F. A. **A pobreza na Região Canavieira de Alagoas no século XXI: do Programa Bolsa Família a Dinâmica dos circuitos da economia urbana**. Campinas/SP: 2017, 321f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, 2017b.

SILVA, J. Maria. **Cultura e territorialidades urbanas: Uma abordagem da pequena cidade**. Revista de História Regional, UEPG, vol. 5, n. 2, 2000.

SILVA, L. de Carvalho. A relação entre o trabalho da assessoria de gênero e a auto-organização das mulheres para o desenvolvimento da economia solidária e feminista na Ibiapaba: limites e possibilidades. In: FONTELES, José Osmar (org). **Territórios e Territorialidades: democratizando saberes e boas práticas em políticas públicas**.- Sobral: Edições UVA, 2017.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. - 2ª. ed.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? (colaboradores) Brand Arenari...[et al.]**.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b.

_____. Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. (colaboradores) André Grillo...[etal.] -. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania:** a saída é pela porta. - 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família:** avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.